

Capítulo 18 - DOI:10.55232/1082022.18

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE ARISTÓTELES

Antônio Denilson De Sousa

RESUMO: Nas páginas subseqüentes procuraremos mostrar ao leitor que, a partir da efetivação de uma minuciosa análise da filosofia aristotélica, é-nos possível estabelecer um forte elo entre a ética e a política nesta concepção. Partindo do princípio de que o fim último do ser humano é a felicidade, queremos, pois, com a realização desta pesquisa, estabelecer a relevância do pensamento ético aristotélico, em consonância com seus aspectos políticos e sociais peculiares, enquanto sabedoria prática que visa a um fim: garantir ao homem uma existência feliz – bem viver –, pautando sua vida pelo exercício das virtudes e, conseqüentemente, fazendo deste um homem bom. Cientes de que o homem só se realiza plenamente – enquanto ser de relações – no interior da comunidade política (polis), mostraremos que o bem viver se relaciona intrinsecamente à vida da polis, já que, no pensamento considerado, a ética não se vincula exclusivamente ao bem individual, ao contrário, liga-se ao bem comum. Salientando, assim, nosso intuito primordial no que diz respeito ao pensamento ético-político de Aristóteles, estamos aptos à caminhada pelas formações vindouras. Todavia, se fomos ou não capazes de apresentar nosso objetivo, cabe ao leitor este julgamento.

Palavras-chave: ÉTICA, MORAL, ÉTICA NA POLÍTICA

1. Introdução

Nas páginas subsequentes procuraremos mostrar ao leitor que, a partir da efetivação de uma minuciosa análise da filosofia aristotélica, é-nos possível estabelecer um forte elo entre a ética e a política nesta concepção.

Partindo do princípio de que o fim último do ser humano é a felicidade, queremos, pois, com a realização desta pesquisa, estabelecer a relevância do pensamento ético aristotélico, em consonância com seus aspectos políticos e sociais peculiares, enquanto sabedoria prática que visa a um fim: garantir ao homem uma existência feliz – bem viver –, pautando sua vida pelo exercício das virtudes e, conseqüentemente, fazendo deste um homem bom. Cientes de que o homem só se realiza plenamente – enquanto ser de relações – no interior da comunidade política (polis), mostraremos que o bem viver se relaciona intrinsecamente à vida da polis, já que, no pensamento considerado, a ética não se vincula exclusivamente ao bem individual, ao contrário, liga-se ao bem comum.

Salientando, assim, nosso intuito primordial no que diz respeito ao pensamento ético-político de Aristóteles, estamos aptos à caminhada pelas formações vindouras. Todavia, se fomos ou não capazes de apresentar nosso objetivo, cabe ao leitor este julgamento.

2. Compreendendo o conceito ÉTICA

Na antiguidade, ou para ser mais preciso, na filosofia clássica ou antiga, encontramos dentre os grandes sábios um filósofo da Escola Jônica (Filósofos da escola Jônica: Tales de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Anaximandro de Mileto e Heráclito de Éfeso) chamado de Heráclito de Éfeso que defendia a tese de que o homem, o ser e as coisas estavam em constante transformação. Esta afirmativa será contestada por Parmênides de Eléia - membro da Escola Eleata (Filósofos da escola de Eleata: Parmênides de Eléia e Zenão de Eléia) - que definia o ser como aquele que “é” (imutável), pois uma vez sendo, jamais deixará de ser, por isso ele afirma: “o ser é o não ser não é”. As coisas para Parmênides já são feitas, prontas, acabadas e não são postas a mudanças como afirmava Heráclito. Embora encontremos este conflito de definições contextuais na história filosófica, não nos deteremos neste ponto, mas apenas queremos fazer uma observação daquilo afirmado por Heráclito ao dizer que o homem está em um constante transformar-se, movimentar-se, sendo que, tudo é justificado por suas ações. Portanto, agir implica em transformar-se.

O homem age, mas suas ações devem passar pelo crivo da razão¹, pois a razão levará o homem a uma parada introspectiva, interior e reflexiva sobre aquilo que ele idealizou como ação e que pretende colocar em prática como meio para alcançar a felicidade. Partindo da suposição de que a ética seja uma reflexão acerca de nossa ação, logo somos submetidos à crença de que ela seja uma reflexão interior, subjetiva e peculiar ao ser humano. Em termos mais claros - a ética é um instrumento racional que serve para controlar a ação humana. Com esta afirmação anterior, podemos classifica-la como *uma teoria ou caso queiramos, uma ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano.*²Esse controle se faz necessário para que o homem não cometa ações desregradadas, incondizentes com a conduta correta a ser seguida, ou seja, para que ele não caia no erro de fazer o errando pensando está fazendo o certo. Sua ação deve estar voltada à coletividade e não apenas ao indivíduo particular. Antes de praticar a ação o homem deve fazer um questionamento sobre a conduta ou a ação que será concretizada; se ele deve agir ou não desta ou daquela forma, pois a ação deve favorecer tanto ao indivíduo particular quanto ao todo, isto é, a ética deve ir além da individualidade ou da vontade particular para que seja possível se chegar à vontade universal.

O fenômeno "ética" é algo peculiar ao ser humano; é algo que somente os seres humanos podem possuir, ao contrário dos outros seres vivos diferentes da espécie humana. Por exemplo, os animais irracionais na sua totalidade agem por instinto, agem segundo a lógica natural que os leva a agir sempre da mesma maneira. O homem se diferencia dos outros seres por algo mais elevado presente somente nele que é o lado cognoscível do ser humano, a razão. A razão leva o homem à reflexão, a pensar, analisar e praticar suas ações de forma sábia e correta, enfim, sendo dotado de razão, o homem desenvolve dentro de si a ética que é um fenômeno intrinsecamente humano; a razão já se encontra no interior de todos, mas para ser desenvolvida ou para que ela passe a fazer parte direta da vida humana é preciso que o homem se questione sobre as condutas a serem praticadas e seguidas que, por sua vez, possui como *telos (fim)* o alcance da felicidade, do bem maior que é a vida feliz antes de sua concretização. Portanto, alcançar a felicidade é a teleologia da ética.

¹Termo cartesiano. René Descartes acreditava que o homem só chegaria à verdade a partir do momento em que ele colocasse todos os seus conhecimentos a prova, por meio de sua razão, pois ela seria a única a determinar se aquilo que tomamos como correto pode ser crível ou não.

² VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. Ética, pág.23

É de praxe confundirmos ou até mesmo não sabermos diferenciar a distinção ou semelhança entre a ética e a moral. Não sabemos se elas são distintas ou afins. Mas esta questão se apresenta como desafio para juntos resolvermos ou pelo menos nos aproximarmos de uma resposta onde nós possamos passar de forma convincente aos nossos leitores a resolução ou aproximação da questão. Tendo em vista a ética como aquela que se concretiza na ação moral, podemos dizer que a moral nos apresenta a parte prática da reflexão, isto é, a ação propriamente dita. Mas, para melhor compreendermos a - ética e a moral - vamos trabalhar e mostrar suas etimologias para notarmos onde elas se aproximam e onde elas podem se distanciam.

2.1. **Apreciação etimológica dos termos ética e moral**

Ao nascermos nos deparamos e somos envolvidos por normas e regras que a nós são postas como reais, logo, devem ser obedecidas. Estas regras aparentemente não apresentam nenhuma dúvida a seus seguidores, por isso, eles não encontram dificuldade alguma em obedecê-las; não se questionam em nenhum instante sobre qual "o porquê" da obediência das normas e regras apresentadas.

A moral é uma palavra que pode ser definida como obediência. Já a ética apresentar-se-á como aquela que permite o reconhecimento da ação, por isso, será reduzida a - conhecimento. Não basta obedecer - diria o pensamento ético - mas é preciso antes de tudo questionar-se, refletir e descobrir as razões pelas quais obedecemos, portanto, a reflexão acerca do agir possibilita o surgimento da ética.

Refletindo sobre a ação a ser praticada, o homem se apresenta como aquele que busca alcançar a sua própria autenticidade; destarte, a ética se dá quando somos autênticos. É necessário que haja desenvolvimento da Individualidade humana, de sua autenticidade, pois desta forma será possível o homem controlar as ações praticadas; será possível descobrir as razões que o leva a agir, a proceder desta ou daquela forma e decidir se a ação praticada é moralmente correta ou não.

Para que nosso trabalho não fique empobrecido com a simples definição ou apresentação da moral - enquanto obediência - e da ética - enquanto conhecimento - discorreremos um pouco mais sobre o assunto e apresentarmos a etimologia presente em cada um destes termos para que possamos conhecer um pouco sobre eles. Qual a ligação presente entre ambos os termos para que possamos afirmar que entre eles haja algo que os interligue.

Na etimologia da palavra encontramos por trás da ética e da moral a palavra grega que identificamos por (*ethos*), embora a pronúncia seja a mesma - étos - para os dois termos encontramos, logo de imediato, uma diferenciação básica entre ambas. Observemos as seguintes palavras: ετος, ητος. Nestas duas palavras notemos que a vogal grega em negrito (éta-η) ou (épsilon-ε) no português significa (e). A simples apresentação da palavra grega em sua forma maiúscula e minúscula já traz em si na palavra – etos - um grande significado, pois o (ε) de ετος representa o (e) minúsculo pequeno e vai determinar a Ética; por sua vez o - "e" grande (η) ητος - vai determinar o etos enquanto moral.

O ethos com o (eta) ητος, significa **morada** (a casa da cada pessoa), **hábito**, **modo de ser** que nos leva à ideia ou definição de ética, ao modo particular das pessoas, a saber:

O ethos não é algo acabado, mas algo aberto a ser sempre feito, refeito e cuidado como só acontece com a moradia humana. Ethos se traduz, então, por ética. É uma realidade da ordem dos fins: viver bem, morar bem. Ética tem haver com fins fundamentais (como poder morar bem), com valores imprescindíveis (como defender a vida, especialmente a do indefeso), com princípios fundadores de ações (dar de comer a quem tem fome) (BOFF, 2009:35).

Por sua vez, o ethos com o (épsilon) vem do latim *mos, more* que significa costume, ou seja, ele nos apresenta os costumes e valores presentes em um determinado grupo. Acompanhemos a citação que segue:

Ele significa os costumes, vale dizer, o conjunto de valores e de hábitos consagrados pela tradição cultural de um povo. Ethos, como o conjunto dos meios ordenados ao fim (bem! auto-realização) se traduz comumente por moral. Moral (mos - more, em latim) significa exatamente os costumes e valores de uma determinada cultura, tais valores e hábitos fundam várias morais. Como se depreende, ethos moral está sempre no plural, enquanto o ethos casa está sempre no singular. (BOFF, 2009:36).

Consoante o relato apresentado dantes, a ética significa morada, hábito, modo de ser. A moral vai estar ligada ao costume. Até aqui tudo bem. Mas ao nos determos nos termos etimológicos da ética - o modo de ser - e da moral costume - nos depararemos com algumas questões que valem a pena serem apresentadas e esclarecidas. Desde a antiguidade grega os homens são vistos como diferentes dos outros animais devido a sua capacidade racional, devido seu pensar que é peculiar a cada ser humano. Como exemplo

tomemos um cachorro; todo cachorro se comporta de uma maneira igual aos outros da mesma espécie, não há ou não percebemos diferenciações entre eles, pois a linguagem adotada é a mesma. Mas, no tocante à espécie humana percebemos uma grande diferenciação em sua linguagem; o seu modo de ser varia, o seu modo de posicionar-se frente à vida é diferente, por isso, nos encontramos em meio a um problema, isto é, com as variações das ações estamos sujeitos a seguirmos caminhos corretos ou errôneos. Contudo, caberá à ética orientar o homem para que o correto seja foco preferencial em sua vida.

Ao falarmos em modo de ser estamos nos referindo à maneira do bom proceder do indivíduo particular e dos indivíduos que formam um grupo. Enquanto nos referimos ao modo de ser singular estamos posicionados frente ao ethos individual, frente ao modo de ser do indivíduo. No entanto, ao nos referirmos ao modo de ser na pluralidade não podemos dizer que no grupo esteja prevalecendo o modo de ser peculiar, afinal é o grupo que está em questão, por isso, não podemos falar de modo de ser de um determinado grupo, pois a forma de agir do grupo nos remete ao costume adotado por ele. Quer dizer, enquanto modo de ser singular podemos afirmar que cada pessoa possui uma maneira ou forma de agir e proceder, mas enquanto pluralidade não podemos afirmar a mesma coisa, pois o modo de ser plural nos liga diretamente ao costume adotado e seguido pelo grupo em questão. Análise semelhante fazemos da moral. Em relação ao - costume - presente na moral nós notamos que um determinado grupo pode adotar os seus costumes, suas posturas características que os identificarão enquanto grupo; mas, na medida em que particularizamos o costume, isto é, quando falamos em costume na singularidade somos remetidos a - um modo de ser - portanto, a partir da terminologia da palavra notamos que o termo- modo de ser - está ligado ou se liga ao - costume.

Portanto, com a aproximação da ética com a moral não fica possível um afastamento, pois como relatamos anteriormente, a moral é a concretização objetiva da ética. Ela (a ética) reflete, pensa a ação e a possibilita concretizar-se por meio da ação moral que é orientada pela ética. Baseado nas afirmações sobre ética enquanto uma reflexão acerca de nossa ação, podemos dizer que a maneira do bom proceder deve ter por guia a ética, pois só ela pode nos levar aos feitos almejados por todos nós, ou seja, ao bem maior, à felicidade.

3. A interdependência entre ética e política em Aristóteles

A filosofia Antiga é permeada de pensamentos que tentam abarcar a totalidade: primeiro, com os chamados filósofos naturalistas ou pré-socráticos, buscava-se o arquétipo perfeito da existência na própria *physis* – e daí a expressão mencionada de naturalistas; ulteriormente a esta busca, percebe-se uma maior sistematização da racionalidade, enquanto inquirição antropológico-epistemológica: surge, por assim dizer, a insistente interrogação socrática do “conhece-te a ti mesmo” como anseio humano pelo conhecimento não apenas da realidade física da natureza, mas do próprio homem como ser racional. Com o suceder dos séculos, surge a figura precípua de Platão: a filosofia aqui ganha um suporte mais sólido, onde pode se desenvolver. Platão quer compreender a realidade, não diferindo de seus predecessores. Todavia sua tentativa, apesar de querer embasar a realidade empírica, chega a uma fundamentação ontológico-metafísica: desenvolve a teoria de um mundo ideal, onde há a verdadeira ideia das coisas; lá, diferindo do mundo real, não existe a corruptibilidade, já que as ideias são eternas e imutáveis, enquanto formas perfeitas. Mas Platão não se limita à sua metafísica, apesar de ser esta determinante em todo o seu pensamento: ele também quer falar do homem, enquanto ser de relações; para tanto, na República, quer ele determinar uma forma perfeita de governo, onde os homens possam viver da melhor maneira possível - Estado Ideal – tendo o filósofo como governante perfeito.

Feitas estas considerações preliminares, queremos informar que para bem fundamentarmos o pensamento aristotélico, devemos começar por analisar a tradição da qual este é herdeiro imediato, já que ninguém é desvinculado de seu tempo. E com Aristóteles – o estagirita, como era conhecido, por ter nascido em Estagira (cidade da costa noroeste da península da Calcídia) – não fora diferente.

Aristóteles fora discípulo de Platão. Assim, seu pensamento está profundamente marcado pelos ensinamentos de seu mestre, apesar de que em muitos momentos – ou generalizadamente – é seu crítico, desvencilhando-se deste completamente.

A obra de Aristóteles é muito extensa. Chegou ele a tratar de questões relacionadas à física, à metafísica, à ética, à política, dentre outras. Neste trabalho, porém, dedicaremos nosso tempo apenas à análise destas duas últimas reflexões, asseverando, aliás, à impossibilidade de dissociação entre estas.

Para bem encetarmos nossas considerações acerca da referida questão, devemos considerar, a priori, que o horizonte em que Aristóteles estava imerso era cosmológico,

ou seja, prevalecia a concepção finitista e qualitativa da natureza: em suma o determinismo naturalista era a marca fundamental deste paradigma. Devemos, pois, investigar a ética aristotélica, bem como sua política, tendo por base a ação determinante da natureza sobre os indivíduos, .

Na Política, Aristóteles investiga primeiramente o objeto e o limite da ciência política; em seguida, quer analiticamente compreender o Estado, ou seja, quer defini-lo a partir da compreensão de suas partes: entendê-lo como associação de associações (famílias), não diz muita coisa, devido ao seu caráter de universalidade. Deve-se, pois, dar uma definição de Família para esclarecer o que é Estado. Porém, definir família como associação de indivíduos ainda faz com que o primeiro conceito fique obscuro. Assim, a definição de Estado está vinculada, em última instância, à definição de indivíduo, homem.

A partir desta investigação basilar do que seja o homem, Aristóteles (1988:13) assim o define: “[...] o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade [...]”. À afirmação de ser, o homem, por natureza, um *zoon politikon*, soma-se à ideia de que este só se realiza na polis, e disto resulta que

“[...] aquele que não pode viver em sociedade, ou que nada precisa por bastar-se a si próprio, não faz parte do Estado; é um bruto ou um deus”,
(ARISTÓTELES,1988:14).

Com esta constatação preliminar, ousamos indicar que, desde aqui, a ética se mostra, ainda que nas entrelinhas, já que o indivíduo, enquanto destinado à vida na polis, deve agir respeitando seus concidadãos através de uma conduta ético-moral.

Ora, vale salientar aqui que, se o homem é por natureza um animal político, então há aqui a afirmação de que a associação dos indivíduos é natural, não convencional. Se é assim, a polis deve ser encarada como aquele ambiente adequado para o desenvolvimento das aptidões humanas. Entretanto, os homens têm aptidões diferenciadas: uns para a música, outros para a ginástica, etc. também devem existir aqueles que, naturalmente, nasceram com aptidão para o trabalho forçado, os escravos. E, daí o porquê de ser a escravidão encarada como naturalmente justificada.

E quanto à ética? Como deve ser vista no interior da compreensão aristotélica?

O livro I da *Ética a Nicômaco* pretende fundamentar que toda e qualquer ação humana tende a um fim: a felicidade. E é assim que Aristóteles defende que todos os homens, bem como sua comunidade política - a polis- buscam, no fim das contas, a felicidade. Daqui se observa o caráter teleológico da ética aristotélica, já que "toda arte e

toda investigação, bem como toda ação e escolha, visam a um bem qualquer” (ARISTÓTELES, 2003:13).

Faz-se necessária, assim, a asseveração segundo a qual essa teleologia eudaimonista de Aristóteles traz consigo a constatação de que não é uma vida qualquer a responsável pelo encontro da felicidade plena, mas apenas a vida que é pautada pelo cumprimento das virtudes, à qual o homem deve aderir completamente. E esta forma de vida se vincula estreitamente ao exercício da razão³, conforme a ótica considerada.

A vida feliz, porém, é garantida por algumas condições necessárias, dentre elas destacamos duas, a saber: a segurança econômica e a liberdade pessoal. Ora, vimos que, para Aristóteles, a escravidão é tida como algo naturalmente justificado. Se é assim, os escravos, obrigatoriamente, estão excetuados da possibilidade de alcançarem a felicidade, já que a posse das referidas condições não lhes é possível. Daqui se conclui que a vida feliz só pode ser conseguida por uma parte privilegiada da sociedade: os cidadãos livres.

Visto que o homem é um animal político e que a felicidade é o tólos de sua ação -em comunidade - podemos elencar seguramente o trecho seguinte para justificar nossa intenção de vincular a ética à política, ou vice-versa, em Aristóteles:

A ética de Aristóteles [...] está unida à sua filosofia política, já que para ele [...] a comunidade social e política é o meio necessário da moral. Somente nela pode realizar-se o ideal da vida teórica na qual se baseia a felicidade. O homem enquanto tal só pode viver na cidade ou polis; é, por natureza, um animal político, ou seja, social. Somente os deuses ou os animais não têm necessidade da comunidade política para viver; o homem, entretanto, deve necessariamente viver em sociedade. Por conseguinte, não pode levar uma vida moral como indivíduo isolado, mas como membro da comunidade. Por sua vez, porém, a vida moral não é um fim em si mesmo, mas condição ou meio para uma vida verdadeiramente humana: a vida teórica na qual consiste a felicidade. [...] Dentro desse âmbito, o homem bom (o sábio) deve ser, ao mesmo tempo, um bom cidadão (VÁSQUEZ, 1999:273).

³ "Como diz Aristóteles: "I.] para o homem a vida conforme à razão é a melhor e a mais agradável, pois a razão, mais que qualquer outra coisa, é o homem. Conclui-se daí que essa vida é também a mais feliz" (Ética Nicômaco, Livro X: 1178a, p 231)

Toda via para chegar seguramente à conclusão de que o homem deve a realização total de sua felicidade à atividade racional ou contemplativa, faz-se necessária uma compreensão mais aprofundada sobre a natureza das ações humanas. Senso assim, apresentamos os argumentos aristotélicos a este respeito, partindo da afirmação segundo a qual “[...] o bem é aquilo a que as coisas tendem” (ARISTÓTELES, 2003:17). É necessário, também, que compreendamos que entre os fins, alguns destes são atividades; outros, porém, consistem em obras distintas destas atividades. Dito isto, percebe-se claramente uma primeira disparidade entre ciências práticas e produtivas, como corrobora Marilena Chauí:

[...] as atividades que possuem nelas mesmas os seus fins (a ética e a política) [ciências práticas] e aquelas cujo fim é uma obra diferente das próprias atividades realizadas para produzi-las (as artes ou técnicas) [ciências produtivas]. Apesar dessa diferença, há um aspecto comum a todas as atividades humanas: têm como finalidade um bem. No caso da ética, esse bem é o do indivíduo que se prepara para viver com os outros na polis, pois, escreve Aristóteles, o bem propriamente humano é a finalidade política (2002:441).

Mas ainda neste contexto, deve-se notar que mesmo que façamos algo buscando uma espécie de satisfação, no fim das contas estamos buscando a felicidade. Os outros fins, estão subordinados à felicidade. Esta, por sua vez, é compreendida como aquele fim que buscamos por si mesmo: é ela o bem, ou melhor, o sumo bem. Porém, esta felicidade não pode ser entendida como felicidade pura e simplesmente individual, e é justamente isto que Aristóteles quer refutar. Ao contrário, o homem feliz busca a felicidade de seus familiares e de seus concidadãos, já que naturalmente vive em sociedade. Se assim é, deve-se propor uma ciência que cuide não somente da felicidade particular, mas da felicidade da polis como um todo; e esta ciência, não é uma ciência qualquer, mas “[...] a mais prestigiosa e que prevalece sobre tudo” (ARISTÓTELES,2003:18), já que visa o bem comum: a ciência política. Aristóteles diz que

“[...] a ciência política utiliza as demais ciências e, ainda, legisla sobre o que devemos fazer e sobre o que devemos nos abster, a finalidade dessa ciência deve, necessariamente, abranger a finalidade das outras, de maneira que essa finalidade deverá ser o bem humano. Ainda que esse fim seja o mesmo para o indivíduo e para a cidade-Estado, o fim desta última parece ser algo maior e mais completo, seja a atingir, seja a preservar; e, embora seja desejável atingir esse fim para um indivíduo só, é mais nobre e divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-Estados” (2003:18).

Ao mencionarmos a ciência política enquanto aquela que tem obrigação de preservar o bem comum, devemos afirmar que esta trata das “ações belas e justas”. Portanto, deve existir uma pessoa capaz de julgar as ações, de forma a considera-las aptas ou não para acontecerem no seio da comunidade política, à qual Aristóteles denomina bom juiz. Este, porém, deve ser conhecedor profundo dos assuntos referentes à vida política, e tal conhecimento pressupõe dedicação e, sobretudo, tempo, necessário à aquisição de experiência quantos aos fatos da vida. Daí o porquê de, para Aristóteles, o jovem não poder ser tido como um bom juiz: ele não possui uma ampla experiência de vida, nem age pela razão, já que, na maioria das vezes, é impulsionado a agir em conformidade com suas paixões.

Analisando a forma de vida levada pelos homens, Aristóteles conclui que há três principais tipos de vida: a vida agradável – fincada sobre o alicerce da identificação da felicidade com o prazer -, a vida política – firmada sobre a honra – e a vida contemplativa – relacionada ao exercício da razão, analisando essas formas de vida, devemos reconhecer a que nos conduzirá seguramente à felicidade almejada e pautar nossa existência pelo exercício de suas atribuições. Examinemos, pois, as referidas formas de vida. A primeira delas - a vida agradável - ao identificar felicidade e prazer, enuncia um caráter selvagem, em certo sentido, já que os homens que agem apenas com vistas ao prazer, acabam por igualar a sua vida à dos animais. A segunda faz com que o homem encontre sua felicidade nas honrarias; esta, no entanto, parece um tanto superficial, na medida em que – como nos diz Aristóteles – “[...] a honra depende mais de quem a concede que de quem a recebe” (2003: 21). O terceiro tipo diz respeito à vida contemplativa: é nesta, segundo o filósofo estagirita, que o homem encontra o sumo bem, a felicidade. Este tipo de vida é o que deve ser buscado, pois se funda no alicerce do exercício de virtude – ou excelência. E já dissemos anteriormente que esta vida contemplativa tem por base a sabedoria filosófica, o exercício da razão, pois esta pode contemplar constantemente a verdade.

A inferência de que a virtude deve ser exercida para se alcançar a felicidade já fora mencionada. Deve-se agora definir "virtude" para que possamos chegar à fundamentação da consonância entre o ético e o político em Aristóteles.

Às disposições de espírito louváveis chamamos virtudes. Desta maneira iremos estabelecer uma primeira compreensão de virtude. Todavia é importante que digamos que a virtude se reúne em dois grupos: virtudes morais e virtudes intelectuais. Esta última deve em grande parte ao crescimento do estudo, por isso, exige-se experiência e tempo. Por sua vez, a primeira, é adquirida em resultado do hábito. A felicidade depende da prática

de tais excelências, que, por seu turno, são adquiridas mediante o exercício. Vale também notar que para Aristóteles, assim como na concepção do seu mestre - Platão -, a alma é superior ao corpo, donde se pode dizer que as excelências intelectuais - e dentre elas está a sabedoria filosófica - são superiores às morais - enquanto vinculadas às experiências.

As excelências constituem, pois, os objetos pelos quais nos tornamos bons ou maus. E a grandeza do pensamento aristotélico se estabelece a partir do momento em que une teoria e prática, já que "[...] não estamos investigando apenas para saber o que é a virtude, mas para nos tornarmos bons" (ARISTÓTELES, 2003:42).

Ainda neste campo é basilar a afirmação de que as virtudes consistem em uma mediania: é virtuoso aquele que age segundo os ditames da reta razão, preservando o equilíbrio entre o excesso e a falta. E é assim que todas as virtudes se comportam: visando ao meio-termo. Também, como condições para se chegar a ser virtuoso, Aristóteles determina que:

[...] em primeiro lugar [o homem virtuoso] deve ter conhecimento do que faz; em segundo lugar, deve escolher os atos, e escolhê-los em função dos próprios atos; e em terceiro lugar, sua ação deve proceder de uma disposição moral firme e imutável".(2003:45)

Sabendo de todas estas determinações, percebemos que há várias virtudes que devem ser exercitadas - tanto morais quanto intelectuais. Devemos dizer que não trataremos especificamente da questão da virtude, mas citaremos apenas algumas delas sem grandes prejuízos para a compreensão direta de nosso objeto central.

A primeira delas diz respeito à justiça. Esta excelência moral se relaciona diretamente com a vida na pólis, na medida em que ela é sempre o bem de um outro, como diz Aristóteles, citando Platão. E o é porque sempre se relaciona com o próximo. Daí se segue a afirmação da diferença entre o melhor e o pior dos homens:

O pior dos homens é aquele que exerce a sua deficiência moral tanto em relação a si mesmo, quanto em relação aos seus amigos; e o melhor dos homens não é o que exerce a sua virtude em relação a si mesmo, mas em relação a um outro, pois esta é tarefa difícil (ARISTÓTELES, 2003:105-106).

Temos, pois, que, se a tarefa do Estado - através da legislação - é promover o bem comum, deve ele manter uma relação de justiça entre os homens. É por isso que Aristóteles declara que

[...] a maioria dos atos ordenados pela lei é constituída por aqueles que são prescritos tendo em vista a virtude considerada como um todo. [...] a lei nos manda praticar todas as virtudes e nos proíbe de praticar qualquer vício, e o que tende a produzir a virtude como um todo são aqueles atos prescritos pela lei visando à educação para o bem comum. (ARISTÓTELES, 2003:107)

Investiguemos agora as excelências intelectuais e vejamos as relações destas com as virtudes morais para que possamos estabelecer uma compreensão mais aprofundada da questão relativa à lei e, conseqüentemente, vejamos como deve ser o melhor legislador, já que é a conduta legal na polis o que nos conduz à felicidade coletiva.

As excelências intelectuais são várias: ciência, arte, sabedoria filosófica, discernimento, inteligência, etc. Mas queremos enfocar o discernimento e a sabedoria filosófica para um bom entendimento da questão a que nos propomos.

Quanto ao discernimento, diremos que este tem a característica de estabelecer o que é equitativo, relacionando-se, assim, diretamente com a excelência moral citada há pouco: a justiça. É também o discernimento o responsável pela determinação do desejo certo, sendo inferior apenas à sabedoria filosófica.

Já quanto à sabedoria filosófica, indicaremos que esta reúne as atribuições de cada virtude, sendo, portanto, a superior a todas, haja vista que pode contemplar a verdade:

[...] a atividade dos deuses, que ultrapassa todas as outras pela bem-aventurança, deve ser contemplativa; e entre as atividades humanas, a que mais afinidade tem com esta é a que mais deve participar de verdade. [...] e assim, a felicidade deve ser alguma forma de contemplação” (ARISTÓTELES, 2003: 232).

Ora, a atividade racional - sabedoria filosófica -, segundo Aristóteles, é contemplativa. É ela superior e mais valiosa devido à sua seriedade e por não buscar um outro fim além dela mesma, tendo em si, por assim dizer, seu próprio prazer. Por isso o filósofo diz que “[...] (a atividade racional) será a felicidade completa do homem” (2003:234). Sendo assim nos é lícito asseverar, com as palavras do estagirita, que “o filósofo é o mais feliz dos homens” (2003:234).

Dissemos que se deve praticar a virtude, não apenas saber sobre ela, para se chegar à felicidade na comunidade política. Esta virtude na comunidade, por sua vez, é regulada por uma boa legislação, que vise ao bem comum, já que a lei se constitui como uma

amálgama de coerção e sabedoria prática. E, diga-se de passagem, as leis são encaradas na concepção aristotélica como "[...] as 'obras de arte' da política" (2003:238).

Queremos informar, assim, a importância das leis numa comunidade política que se preze. Daí a necessidade de escolher a pessoa correta para legislar, já que esta tem, sobre si, toda a responsabilidade de realizar o bem comum. Aristóteles nos informa a este respeito deste modo:

[...] se é graças à lei que podemos nos tornar bons, certamente o homem que se empenha em tornar os homens melhores, sejam estes muitos ou poucos, deve ser capaz de legislar. Com efeito, reformar o caráter de alguém, seja quem for, não é tarefa para qualquer um. Se alguém é capaz disso, esta pessoa é o homem que tem o conhecimento adequado, do mesmo modo que na medicina e em todos os outros assuntos que exigem cuidado e prudência (2003:237)

Vemos, portanto, que a felicidade da polis gira em torno de uma boa convivência entre os indivíduos, viabilizada por meio de uma boa legislação; e que este considerado bem comum, não dispensa a felicidade de cada homem, na medida em que a felicidade do homem reside na felicidade de sua comunidade política, onde se inserem seus familiares e amigos. Desta forma, as duas esferas consideradas do pensamento aristotélico a que nos propusemos vincular - ética e política - ficam completamente indissociáveis, na medida em que falar de homem e de seu agir é relacionar-se à comunidade política donde provém.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão da teleologia eudaimonista de Aristóteles, percebemos que não há como se distanciar a postura ética da vivência comunitária. E tal impossibilidade reflete que o homem só se realiza plenamente na comunidade política.

A filosofia aristotélica tem neste ponto uma relevância particular: fundir teoria e prática, na medida em que não quer simplesmente falar da bondade, mas anseia por tornar os homens bons.

Isto refuta as objeções que no senso-comum se estabelecem referentes à filosofia - vista como pura especulação que trata, de fato, da realidade humana -, pois Aristóteles não busca a divagação pura e simples; ao contrário, quer ele estabelecer uma coligação

entre a filosofia e a práxis humana, vinculando a perspectiva da ética à vida do homem em sociedade – política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anor Sganzerla, Ericson Sávio Falabretti, Francisco VerardiBocca (org.); *Ética em movimento*, São Paulo:Paulus, 2009.

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Bras. Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro, Ediouro, 15ª edição, 1988.

_____. *Ética a Nicômaco*, 48 ed., Brasília: UNB, 2001.

BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*, 5ª Ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo, Companhia das Letras, 2ª edição, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Trad. Bras. João Dell'Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 19ª edição, 1999.

_____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 16 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999.

BOFF, Leonardo. *Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BORGES, Maria de Lourdes, DarleiDall'agnol, DelamarVolpato Dutra. *Ética*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GALIMBERT, Umberto. *Os vícios capitais e os novos vícios*. São Paulo: Paulus, 2004.

JAMIESON, Dale. *Ética e meio ambiente: uma introdução*; trad. André Luiz de Alvarenga. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Jelson. *Ética de Gaia: ensaios de ética socioambiental*. São Paulo:Paulus, 2008.

KANT. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Coleção Os Pensadores, vol, XXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

OLIVEIRA, Manfredo A. (org.). *Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. *Ética, direito e democracia*. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. *Ética e Práxis Histórica*. São Paulo: Ática, 1995.

RUSS, Jacqueline. *Pensamento ético contemporâneo*: trad. de Constança Marcondes Cesar. São Paulo:Paulus,1999.

SINGER, P. **Ética Prática**, São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**; trad. de João Dell'Anna. 31ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Escritos de filosofia V – Introdução à Ética filosófica**2. Ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 2000.